



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(ÍZA) ELEITORAL RELATOR(A)**  
**EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**Recurso Eleitoral n.º 463-56.2016.6.21.0011**

**Procedência:** BOM PRINCÍPIO - RS (11ª ZONA ELEITORAL – SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ)

**Assunto:** RECURSO ELEITORAL – REGISTRO DE CANDIDATURA – CARGO – VEREADOR – CONDIÇÃO DE ELEGIBILIDADE – PLENO EXERCÍCIO DOS DIREITOS POLÍTICOS – RRC – CANDIDATO – ESCOLHA EM CONVENÇÃO – INDEFERIDO

**Recorrente:** FERNANDO LUÍS BRUCHÊS  
COLIGAÇÃO SEGUE EM FRENTE BOM PRINCÍPIO (PP - PMDB)

**Recorrido:** JUSTIÇA ELEITORAL

**Relator(a):** Dra. GISELE ANNE VIEIRA DE AZAMBUJA

### **PARECER**

RECURSO ELEITORAL. REGISTRO DE CANDIDATURA. VEREADOR. JUNTADA INTEMPESTIVA DE DOCUMENTO. CERTIDÃO CRIMINAL. A juntada intempestiva de documento se considerado o prazo dado pelo Juízo para tanto, mas em momento anterior à conclusão para prolação de sentença, constitui mera irregularidade passível de ser sanada, não tendo o condão, por si só, de ferir o Princípio da Isonomia. ***Parecer pelo provimento do recurso.***

### **I – RELATÓRIO**

Trata-se de recurso interposto por FERNANDO LUÍS BRUCHÊS e COLIGAÇÃO SEGUE EM FRENTE BOM PRINCÍPIO (PP - PMDB) em face da sentença (fls. 27 e verso) que indeferiu, ao primeiro, pedido de registro para concorrer ao mandato de vereador com o n. 15625.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

Em suas razões recursais (fls. 29-33), os recorrentes alegam que, não obstante a juntada intempestiva de documento (certidão criminal de 2º grau da Justiça Estadual e comprovação da escolha do candidato em convenção partidária), fora do prazo de 72 horas, todos os documentos necessários ao deferimento do registro foram juntados aos autos, tendo o candidato, de outra parte, preenchido todos os requisitos de elegibilidade e comprovado sua não incidência em quaisquer das hipóteses de inelegibilidade. Considerando como sendo mera irregularidade a apresentação intempestiva de documento, pugnam pela reforma da sentença, a fim de que lhes seja deferido o registro.

Subiram os autos ao TRE-RS e vieram a esta Procuradoria Regional Eleitoral, para exame e parecer (fl. 37).

## **II – FUNDAMENTAÇÃO**

### **II.I – Da tempestividade**

O recurso é tempestivo.

A sentença foi publicada no Mural Eletrônico no dia 01/09/2016 (fl. 28), e o recurso foi interposto em 02/09/2016 (fl. 29), restando, portanto, observado o tríduo legal a que alude o §1º do art. 52 da Resolução TSE nº 23.455/2015.

### **II.II – MÉRITO**

Assiste razão aos recorrentes.

O Juízo monocrático determinou, à fl. 20, a intimação do candidato para, em 72 horas, apresentar certidão criminal da Justiça Estadual de 2º Grau, em que conste o nome correto do candidato, conforme consta em seu documento de identificação; bem como a comprovação documental de sua escolha como



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

candidato, em convenção partidária, para concorrer ao mandato de vereador nas eleições de 2016. O referido despacho foi publicado no Mural Eletrônico no dia 24/08/2016, às 14h39min, tendo o mencionado documento sido apresentado, às fls. 22-25, apenas no dia 29/08/2016, às 18h29min, ou seja, fora do prazo legal. Na sequência, em 31/08/2016, os autos foram conclusos para sentença, que foi prolatada no mesmo dia e publicada em 01/09/2016.

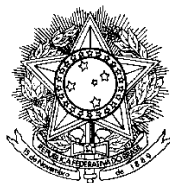
Em razão disso, o juízo “a quo” entendeu por não preenchidas as condições de elegibilidade, uma vez que a documentação não apresentada tempestivamente é obrigatória, cabendo o indeferimento do pedido, sobretudo para não ferir o Princípio da Isonomia.

Contudo, não obstante o zelo do juízo monocrático no tocante à observância do prazo legal, a apresentação intempestiva do referido documento, em momento anterior à conclusão para prolação da sentença, constitui irregularidade passível de ser sanada.

Ademais, a certidão juntada aos autos, à fl. 23, contém o nome e demais dados de qualificação corretos, conforme o documento de identidade do candidato, à fl. 5, além de registrar que nada consta contra este. Dessarte, entende-se que, no caso, não restou ofendido o Princípio da Isonomia.

Por outro lado, a ata da convenção partidária da Coligação PMDB - PP de Bom Princípio (fl. 24), realizada em 30/07/2016, explicita a escolha do candidato como representante do partido para o pleito de 2016: “Registre-se ainda a inclusão de Fernando Luis Bruches, como candidato a vereador, com o nº 15625”. Logo, verifica a devida observância do art. 8º da Lei nº 9.504/97 pela coligação partidária.

O recurso, portanto, merece provimento.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

**III – CONCLUSÃO**

Ante o exposto, a Procuradoria Regional Eleitoral manifesta-se pelo provimento do recurso.

Porto Alegre, 08 de setembro de 2016.

**Luiz Carlos Weber**  
**PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL SUBSTITUTO**

C:\conversor\tmp\ls2p84tre9ikubajmj2ak73741140364838142160908230124.odt